

## O PAPEL DO PARTIDO POLÍTICO NO PROCESSO DA DEMOCRACIA GUINEENSE (1994-2018)<sup>1</sup>

Tugna Imbana Branco<sup>2</sup>

Ricardo Ossagô de Carvalho<sup>3</sup>

### Resumo

Guiné-Bissau começou a se abrir em direção a uma liberalização econômica e a uma democracia multipartidária, constituindo, dessa forma, sua abertura política. Em 1990, teve início o processo de liberalização do regime, com o surgimento de partidos políticos de oposição em 1991, processo que durou alguns anos, onde se ensaiou uma oposição, culminando, em agosto de 1994, nas primeiras eleições legislativas e presidencial. Nesse contexto, busca-se compreender o papel dos partidos políticos e suas relações com os regimes democráticos na Guiné-Bissau entre 1994 a 2018, aos quais os dois servem como importantes instrumentos. O Partido de Renovação Social (PRS) e o (PAIGC) são partidos que têm contradições internas entre si, na disputa de poder no momento de eleições. O trabalho tem como objetivo analisar as fortes instabilidades políticas que a Guiné-Bissau viveu de 1994 a 2018, motivos esses que nos levaram a construir este artigo como forma de analisar o processo democrático, bem como a atuação dos partidos políticos e do Estado guineense. O nosso intuito com esse trabalho é de contribuir para a compreensão do processo democrático e do Estado em termos de um artigo sociopolítico. Busca-se, além disso, compreender o processo de constituição de partidos

---

<sup>1</sup> Resumos publicados em anais de congressos. **BRANCO, T. I.** O Papel dos Partidos Políticos no Processo Democrático Guineense (1994 - 2018). In: V Semana Universitária da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018, Acarape - CE.

<sup>2</sup> Possui Graduação em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), título: Guiné-Bissau e Cabo Verde: A Luta Comum para Libertação e a Formação de Estado-Nação, em (2017). Membro e ex-coordenador do meio ambiente do Centro Acadêmico do Curso de Bacharelado em Humanidades (UNILAB) no período de 16 de abril de 2016 à 16 de abril 2017. Atualmente licenciatura em Sociologia pela mesma Universidade (UNLIAB), título: O Papel dos Partidos Políticos no Processo Democrático Guineense (1994-2018) em (2019). De 16 de junho de 2016 à 28 de junho de 2018 participou como Vice-Coordenador do Departamento de Cultura da Associação dos Estudantes Guineenses (AEGU) na UNILAB. Atualmente licenciando em Sociologia e Coordenador de Assuntos Estudantis do Centro Acadêmico do Curso de Licenciatura em Sociologia (CA) (UNILAB). Participei no Centro Acadêmico de Sociologia da UNILAB - CASU "Gestão Sociologia em Ação", no período de novembro de 2017 até março de 2019. E sou pesquisador Programa de Residência Pedagógica (PRP) da Sociologia da mesma instituição (UNILAB); este programa foi financiado pelo (CAPES) é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil que atua na expansão de pesquisa; este programa residência pedagógica é um programa em atuação nas escolas do ensino médio que estou em andamento, o objetivo é de formar os profissionais da educação. E-MAIL: [tugnabranco@gmail.com](mailto:tugnabranco@gmail.com)

<sup>3</sup> Ricardo Ossagô de Carvalho é Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Possui Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e é Graduado - Bacharel em Ciências - Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) & Licenciatura em Sociologia, ambos pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Atualmente é Professor Adjunto na Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus de Ceara. Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem experiência nas áreas de Instituições Políticas com foco em: Democracia, transições políticas, forças armadas e conflitos na África ; Políticas Públicas, movimentos sociais e Sociologia de juventude em vulnerabilidade social; Política internacional com ênfase em política externa, atuação de organismos internacionais na África Ocidental, processo de construção de Estados na África; relação Brasil- África e projetos de cooperação com os PALOP'S. Tem interesse nos estudos de gênero e política nos países africanos e Epistemologia do Sul ! E-MAIL: [RICARVALHOJUNIOR@yahoo.com.br](mailto:RICARVALHOJUNIOR@yahoo.com.br)

políticos na Guiné-Bissau antes e depois da abertura política e seu papel nas primeiras eleições em 1994 e nas últimas eleições de 2014. Para a realização do presente artigo, utilizou-se material bibliográfico para análise – livros, teses, dissertações e artigos. Constatou-se que a busca de poder pelos partidos políticos, tanto as críticas realizadas pela oposição quanto quaisquer políticas públicas adotadas pelo governo, têm o propósito final de facilitar o acesso ou a manutenção de certo grupo no poder. Os partidos políticos incentivam disputas políticas contra os seus opositores políticos, enquanto as forças relevantes que participam da disputa compartilham de um consenso mínimo quanto às regras do jogo democrático.

**Palavras chaves:** Guiné-Bissau, instabilidade, partidos políticos, eleição, democracia.

## 1 INTRODUÇÃO

Guiné-Bissau é um país pertencente à África e ex-colônia de Portugal. Faz fronteira ao Norte com o Senegal, ao Sul com a Guiné Conacri e ao Leste com o Oceano Atlântico. Seu território abrange 36.125 km<sup>2</sup>, com uma população estimada em 1.544.777 de pessoas. Após a proclamação unilateral da sua independência, em 24 de setembro de 1973, nas matas de Boé ao sul, o país foi dividido em oito regiões (Bolama, Bafatá, Biombo, Cacheu, Gabu, Oio, Quínara e Tombali), com trinta e seis setores e um setor autônomo, a capital Bissau (INE, 2015).

Na sequência de uma tímida liberalização econômica, o país conheceu a abertura política: “o pluralismo partidário foi implantado a partir de 1991, processo que durou alguns anos, período em que se ensaiou uma oposição finalmente tolerada<sup>4</sup>, culminando, em agosto de 1994, nas primeiras eleições legislativas e presidencial” (AUGEL, 2007, p. 64). O ex-presidente João Bernardo Vieira (Nino) foi eleito com uma estreitíssima maioria de votos no segundo turno das eleições presidenciais, não se verificando nenhuma alternância no poder.

M'bunde (2017) salienta que o papel dos partidos políticos e suas relações com os regimes democráticos na Guiné-Bissau, entre 1994 a 2018, têm servido como importantes instrumentos. E discutimos os aspectos teóricos de alguns autores que tratam da questão da abertura política que deu origem à democratização. Buscamos, dessa maneira, compreender as causas que influenciaram os políticos a se imporem frente os militares e a intervir no governo.

Assim, nesse artigo, buscamos uma melhor compreensão do processo democrático e a atuação dos partidos políticos no Estado guineense. Consideramos que este artigo poderá abrir

---

<sup>4</sup> Uma das consequências dessa política de abertura foi a reabilitação dos régulos, como são conhecidos os chefes tradicionais, detentores do poder local tradicional, descendentes e herdeiros dos monarcas dos reinos pré-coloniais e que continuaram a existir na época colonial; para Augel (2007).

espaço para novos trabalhos em outras áreas, particularmente no tocante à sociedade guineense e seu processo de abertura política democrática.

Estas situações referidas acima constituíram os motivos para desenvolver esse trabalho, com vistas a fornecer aos leitores, através dos resultados, informações sobre o sistema político e as relações dos partidos políticos da Guiné-Bissau. Entendemos que em um espaço político, deve existir sempre respeito aos adversários. Trata-se de um gesto de comunicação interpessoal que pode refletir em diferentes aspectos da vida social.

Com isso, é bom entender o **papel do partido político no processo democrático guineense de 1994, ano da primeiras eleições, e em 2018, em meio a crises e problemas institucionais**. Entendemos que o que está em questão terá grande importância para a sociedade guineense, porque proporcionará novas informações para os leitores e pesquisadores (as) sobre o assunto da nossa pesquisa. Nessa medida, levantamos algumas questões que serão debatidas no decorrer do trabalho: Como compreender as atuações dos partidos políticos guineenses em um contexto marcado pela diferenciação sociocultural? Visando a responder tais questões, utilizamos no desenvolvimento desse trabalho o método qualitativo, com base nas leituras bibliográficas e análise dos livros, teses, dissertações e artigos.

## **DISCUSSÃO TEÓRICA E ANÁLISE DO PAPEL DO PARTIDOS POLÍTICOS NO PROCESSO DEMOCRÁTICO**

Segundo Mendes (2010), com a implementação da democracia na Guiné-Bissau, o PAIGC deixou de ser o que era; o PAIGC era um partido estado ou partido único que lutou pela independência de Guiné e Cabo-Verde e transformou-se em um partido político. Mas, ao transformar-se em um partido político como os outros partidos, não deveria ter levado consigo os principais símbolos nacionais (o Hino e a Bandeira do Estado), que já eram considerados como propriedades do Estado ou da Nação Guineense, tendo em conta que o próprio PAIGC não passava de um movimento de libertação.

O golpe de Estado destituiu o primeiro Presidente da República de Guiné-Bissau, Luís de Almeida Cabral, meio irmão de Amílcar Cabral. Luís de Almeida Cabral ocupou o cargo de Presidente da República de 1973 a 1980, após o assassinato de Amílcar Cabral. O golpe levou à separação entre Guiné e Cabo-Verde que, segundo Cande (2013),

A derrubada de Luís Cabral aconteceu por causa de asneiras cometidas depois da luta. Depois da morte de Cabral, o partido (PAIGC), caiu numa nova contradição. O Luís Cabral não poderia ser Presidente da República, pós-independência. O guineense

Tchico Té, Vitor Saúde Maria ou João Bernardo Vieira deveriam assumir a presidência de Guiné-Bissau deveria, porque a política de unidade Guiné e Cabo Verde era apenas para luta. Depois de luta teria que ter a administração separado, os cabo-verdianos ocupavam lugares de destaque em Bissau, enquanto que em Cabo Verde não tinha sequer nenhum Bissau-guineense na administração do estado cabo-verdiano. Esses conflitos de interesses geraram conflitos internos no PAIGC (CANDE, 2013, p. 226).

Há alguns partidos políticos que não identificam com certos grupos das pessoas entre aqueles aos quais se propõem exercer o bem comum. Nas eleições, os partidos políticos vão às ruas para mobilizar da população sem levar em conta o que fizeram no passado, como, por exemplo, as sucessivas quedas de governos na Guiné-Bissau.

## **PROCESSO DEMOCRÁTICO E PARTIDOS POLÍTICOS: CONTEXTOS E PARADOXOS**

O significado de democracia remete ao poder do povo, conceito este que era praticado em Atenas. Consideramos muito interessante trazer esse conceito à atualidade como um dos pontos principais, pois envolve não somente os direitos políticos, mas também civis e sociais. Para Santos (2016), uma das características dos partidos políticos remete à organização burocrática, que é empregada na busca do poder do Estado. Pois há alguns grupos de pessoas que pensam apenas nos interesses de determinados grupos. Nas eleições para a escolha dos seus representantes, a população deveria se organizar para defender os interesses do bem comum. Mas na Guiné-Bissau isso não se verifica, pois, alguns políticos pensam e agem apenas conforme os interesses de determinados grupos e nas eleições os políticos vão às ruas fazer mobilizações e a população finge esquecer as atitudes do passado. Por exemplo, as sucessivas quedas de governos na Guiné-Bissau, sem olhar para o sofrimento da sua população, com péssimas condições nos setores de educação, saúde e segurança.

Segundo Sucuma (2012), o processo de democratização e multipartidarismo na Guiné-Bissau tem sido difícil e conturbado a partir da abertura democrática até hoje.

. Para Santos (2016), o termo democracia possui uma diversidade de interpretações, no contexto individual de cada pessoa. Na atualidade, evidencia-se que muitos se autodenominam democratas ou democráticos em suas gestões, atos e atitudes vivenciadas.

Como salienta Sander (2008), a ascensão dos partidos como atores indispensáveis ao processo político democrático foi um fenômeno simultâneo à transição do estado liberal clássico para o estado social. É preciso compreender os partidos políticos como eles funcionam

no contexto democrático guineense. Assim, “de fato, a heterogeneidade dos interesses em conflito na arena política, que aumentava à medida que se expandia o sufrágio, obrigou que se concebessem mecanismos capazes de dar-lhes vazão de maneira organizada” (SANDER, 2008, p.5).

Para Sander (2008), dada a importância que partidos políticos impõem para o funcionamento da democracia, pode-se atribuir a este modelo o nome de “democracia pelos partidos”, haja vista que:

[..] As experiências totalitárias do século XX demonstraram que os partidos políticos, embora indispensáveis para o funcionamento das democracias contemporâneas, podem também apresentar-se como fator de risco para a sobrevivência dos regimes democráticos, sempre que sua organização é utilizada por grupos que pretendem atacar este regime e substituí-lo por regimes autoritários ou totalitários (SANDER, 2008, p.7).

Ainda o mesmo autor salienta que “os partidos políticos incentivam disputa político-guineense contra os seus opositores políticos, enquanto as forças relevantes que participam da disputa compartilham de um consenso mínimo quanto às regras do jogo democrático” (SANDER, 2008, p.10).

Podemos dizer que a recomposição dos partidos políticos e a diversificação das trajetórias seguidas não provocaram uma verdadeira renovação da elite política, nem na sua composição social, nem no seu comportamento. Observamos uma permanência e até uma exacerbação de certas práticas políticas, ligadas aos mecanismos de legitimação e das modalidades de representação política, como a corrupção, a ponto de devermos perguntar: a quem serve a democracia? Trata-se de um outro modo de entender o processo de transição política para a consolidação da democracia.

Segundo Mendes (2010), a democracia na Guiné-Bissau gira em torno do fato de existirem numerosos partidos políticos, mas não podemos esquecer que não é a quantidade de partidos políticos que resolverá os problemas do povo, mas, sim, a qualidade de partidos políticos, que é o sinônimo de uma democracia bem-sucedida.

O regime democrático guineense levanta ainda muitos obstáculos à implementação de um diálogo social. Por estas razões, persistimos na solução da estabilidade política como ponto de partida para a concretização dos ideais democráticos, com exercícios sindicais fortes e dinâmicos.

#### 4 DEMOCRACIA NA ÁFRICA: CONTEXTOS ADVERSOS E PARADOXOS IDÊNTICOS

Segundo Dahl (2001, p. 25 apud OSSAGÔ, 2010, p. 20) “[...] democracia é uma denominação que os gregos encontraram para definir sua forma de cunho popular e outros nomes poderiam classificar outras formas de governo baseadas, de alguma maneira, no povo”. A democracia poderia ser pensada de acordo com a realidade do país, se for assim seria melhor.

Além do argumento de Dahl, pode-se dizer que, em outras definições adequadas como tal nos níveis científicos, a poliorquia deveria derivar da observação da realidade, mas essa realidade de democracia escolhida por Dahl trata da experiência e do sistema político americano. Nessa linha de raciocínio, Miguel (2002) afirma que a opção que nos leva a chamar de democracia os regimes políticos ocidentais contém um forte traço no pensamento elitista e não está isenta de valores e crenças sem qualquer comprovação empírica (OSSAGO, 2010, p.21)

De acordo com Teixeira (2015), Angola realizou suas primeiras eleições pluralistas em 1992, momento em que se elegeu presidente José Eduardo dos Santos, líder do MPLA (Movimento para a Libertação de Angola). (TEIXEIRA, 2010).

O desenvolvimento de qualquer país deve levar em conta, como condição indispensável, as preocupações dos cidadãos, porque na democracia o povo é quem manda. Infelizmente, no caso da Guiné-Bissau ocorre o contrário, pois a democracia fica a desejar a cada dia que passa.

Por tudo que foi dito até agora, entendemos que a democracia chegou à Guiné-Bissau depois de uma longa batalha entre as duas ideologias dominantes «capitalista» e «socialista» lideradas pelas duas superpotências, os «EUA» e a «ex-União Soviética». Com a derrota da ex-União Soviética em 1989 os EUA transportaram nos anos imediatos a sua ferramenta capitalista para os antigos aliados da potência derrotada como forma de consolidar o seu poder a nível global (Huntington, 1994). Foi neste contexto que a Guiné-Bissau não escapou à regra da dominação do seu sistema económico «capitalista» e do seu regime político - a democracia (MENDES 2010).

A implementação da democracia na Guiné-Bissau não resolveu os problemas do passado que já existiam antes da abertura democrática. Por exemplo, o caso de 17 de outubro<sup>5</sup> e também golpe de Estado de 1980<sup>6</sup>. Por isso, é necessário organizar o país em prol de todos os

---

<sup>5</sup> Um dos acontecimentos políticos que envolveu a opinião pública nacional guineense e internacional nos anos 1985 e 1986, foi o dito “O Caso 17 de Outubro”, no decorrer do qual 12 pessoas acusadas de fomentar um golpe de Estado na Guiné-Bissau, foram condenadas à morte e 6 acabaram por ser executadas.

<sup>6</sup> O Golpe de Estado na Guiné-Bissau em 1980 foi um golpe de militar sem derramamento de sangue ocorrido na Guiné-Bissau em 14 de novembro de 1980, liderado pelo então primeiro-ministro, o general João Bernardo Vieira. Este evento levou à deposição do presidente Luís que ocupava o cargo desde 1973 até 1980.

guineenses e criar um modelo capaz de reduzir a dependência, a dívida externa e a má imagem do país, bem como criar oportunidades para debater assuntos nacionais de forma séria, envolvendo diferentes representatividades guineense. É preciso pensar na prevenção de conflitos e responder aos desafios que a Guiné-Bissau vive na atualidade. Como salienta Mendes (2010), tudo implica uma boa gestão da esfera pública.

Com a emergência de novos Estados, na sequência da descolonização, a África deu lugar a Estados democráticos e autoritários, promovidos pelos próprios ex-combatentes africanos, os quais eles defendiam um modelo de partido político mais viável, pois naquele “momento, devido à complexidade das características sociais do contingente como, por exemplo, as questões tribais, opondo categoricamente a existência de democracia liberal” (OSSAGÔ, 2016, p. 82).

As realizações das primeiras eleições pluralistas na África e cenários de conflitos dos partidos políticos e os processos democráticos africanos não produziram efeitos nestes países tanto do ponto de vista sociopolítico quanto econômico. Como salienta Ossagô (2016), em alguns países da África, como, por exemplo, na Guiné-Bissau, “teve consequências idênticas a outras partes do mundo; como exemplos, podemos citar na Europa e na África, Angola, entre outros países subdesenvolvidos, o que torna bastante favorável a dissimilação”(OSSAGÔ, 2016.p.82). Com isso, podemos entender que a política democrática mostra aproximação com a sociedade civil e com os movimentos sociais em relação a obter boa relação com partidos políticos para o bem-estar do país. Mas na Guiné-Bissau isso não acontece com os partidos políticos, o que acontece é que os partidos exercem essas funções para enriquecimento e não para trabalhar para a população.

O processo democrático guineense mostra a disputa dos partidos políticos ao governo, o interesse coletivo torna-se a agregação dos interesses pessoais, executado por negociações entre os partidos políticos do momento. (CUNNINGHAM, 2009).

Para Santos (2016), o princípio da funcionalidade para os partidos políticos os identifica como organizações, de caráter burocrático, ou seja, a relação que existe entre dirigente e dirigido, e aqui se reporta aos comitês locais, onde ocorrem as discussões que envolvem os grupos ideológicos de alguns partidos políticos. Assinalamos, também, que existem alguns líderes que influenciam nos contextos partidários, para alcançar os votos das pessoas, que estão dentro da sociedade, mas com ideologia partidária, que estão na cúpula dos partidos.

Segundo Santos (2016), o partido político que tem menor assento na Assembleia Nacional Popular (ANP) cria conflito para conseguir cargo no governo. Como salienta

Cunningham (2009), os políticos que desejarem representar “o povo” são hábeis para executar medidas autoritárias em nome da democracia.

Um povo é deficiente na democracia política quando os líderes ou as políticas são impostos pela força ou aceitos inquestionavelmente pelo costume, os líderes usam de suas posições para buscar fins privados. Mas a política democrática é o que Dewey chama de “democracia como uma ideia social”, que consiste em pessoas “tendo uma participação responsável de acordo com a capacidade de formar e dirigir” atividades dos vários grupos sobrepostos aos quais cada um pertence (CUNNINGHAM, 2009, p. 171).

O desejo do povo guineense é de eleger e formar um governo, capaz de levar o país para frente. Por meio das eleições, os indivíduos decidem se aceitam ou não o domínio de uma liderança ou grupo que faz parte do partido político, embora, “em alguns casos, a eleição democrática depende de vontade do povo, o qual, é incapaz de formulá-la e sim de habilidade do comandar em persuadir e manipular o apoio dos eleitores ao seu favor, que são estes partidos políticos” (OSSAGÔ 2010, p.22).

Segundo Ossagô (2010, p.22), baseado na concepção schumpeteriana, a democracia é considerada por alguns autores entre eles, Cordeiro (2008) e Barreto (2006), como minimalista e procedimental, porque, de acordo com Barreto (2006), reduz a relação entre o povo e o governo na eleição, a qual tem como função entender as elites dos partidos políticos que foram vencedores das eleições. As elites dos partidos políticos e os líderes tomam as decisões públicas com grande grau de autonomia. Na compreensão de Barreto (2006, p. 17):

“A democracia fica restringida aos procedimentos que regulam a disputa entre grupos políticos pelo poder. Para estabelecer o ambiente de competitividade é necessário preservar algumas liberdades, como o direito formal/legal de poder candidatar-se e a liberdade de expressão. A participação fica restrita ao ato de votar, em aceitar ou não qualquer dos grupos que pretendem exercer sua dominação. “Se a democracia está restrita às regras que regulam a disputa eleitoral entre grupos políticos, suas principais instituições só podem estar relacionadas aos mecanismos de funcionamento desse sistema”. No entanto, a ciência política predominantemente aceita a herança deixada por Schumpeter” [...]. (BARRETO 2006 *apud* OSSAGÔ 2010, p.22-23)

A busca de poder pelo partido político, segundo Ossagô (2010), com base na concepção de Barreto (2006), resume-se à motivação dos atores políticos. “Tanto as críticas realizadas pela oposição quanto quaisquer políticas públicas adotadas pelo governo têm o propósito final de facilitar o acesso ou a manutenção de certo grupo no poder” (OSSAGÔ, 2010, p.23).

Devemos ressaltar o otimismo atual sobre o desenvolvimento do continente, que vêm se mostrando crescente nos últimos tempos. No entanto, apesar do acesso ao desenvolvimento no continente africano, as guerras civis e as consequências trazem e deixam marcas por muito

tempo, constituindo-se como um ponto negativo na África nesse aspecto. Os interesses pessoais, “nomeadamente dos líderes políticos, encontram-se sempre acima dos interesses nacionais “coletivos”, fazendo com que muitos cheguem ao poder por meios não democráticos e com o objetivo de se perpetuarem no comando recorrendo”, muitas vezes, as revisões constitucionais (OSSAGÔ, 2016p.83), “o que tem acontecido nos últimos anos na Guiné-Bissau é uma das causas que nenhum guineense esperava esperavam, sobre o que aconteceu na última eleição legislativa”.

Com relação ao continente africano, podemos dizer que, de forma geral,

[...] com exceção de alguns casos particulares, não foram reunidas condições necessárias ainda nos finais do século XX e início do século do XXI que lhes permitam a condução de uma boa política externa capaz de proporcionar desenvolvimento local mais sólido que surta efeito em curto prazo para a sociedade como um todo (OSSAGÔ, 2016, p.84).

Grande parte dos países africanos precisa melhorar as condições das políticas democráticas, para depois tentar alcançar objetivos externos com o intuito de dinamizar a sua potencialidade econômica e se projetar a níveis regionais e internacionais.

## **5 DOIS PARTIDOS EM UMA NAÇÃO: PAIGC E PRS NO PROTAGONISMO DEMOCRÁTICO NA GUINÉ-BISSAU (1994-2014)**

Para Teixeira (2015), no caso específico da Guiné-Bissau, o processo democrático começou um pouco mais tarde. O país começou a se abrir em direção à democracia multipartidária “[...] em 1990, onde teve início o processo de liberalização do regime com o surgimento de partidos políticos de oposição em 1991”. Em 1994, o país realizou as suas primeiras eleições multipartidárias, que reconduziram ao poder João Bernardo Vieira<sup>7</sup> do

---

<sup>7</sup> João Bernardo Vieira, mais conhecido por Nino Vieira, nasceu em 27 de abril de 1939 na cidade de Bissau capital da Guiné-Bissau foi o segundo presidente do país e primeiro a ser eleito democraticamente cargo que exerceu três vezes até a data do seu assassinato em 2009. Vieira voltou à cena política em meados de 2005, quando venceu a eleição presidencial seis anos depois de ser expulso durante uma guerra civil que pôs fim os seus 19 anos no poder como presidente da República. Ele era eletricista de formação, Vieira se afiliou ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) de Amílcar Cabral em 1960 e rapidamente se tornou peça-chave da guerra de guerrilha do país contra o regime Salazarista de Portugal. À medida que a guerra se intensificou, ele demonstrou habilidade como líder militar e rapidamente subiu na cadeia de comando. Vieira era conhecido por seus camaradas como "Nino" e esse nome permaneceu durante até hoje mesmo não estando vivo. Logo após a eleição do conselho regional no fim de 1972, em áreas sob o controle do PAIGC, que levou à constituição de uma assembleia constituinte, Vieira foi nomeado presidente da Assembleia Nacional Popular. Em 28 de setembro de 1978 foi nomeado primeiro-ministro da Guiné-Bissau. Em 1980 as condições econômicas haviam se deteriorado significativamente, o que levou a uma generalizada insatisfação com o governo. Em 14 de novembro de 1980, Vieira derrubou o governo de Luís Cabral em um golpe militar sem derramamento de sangue, o que levou à desvinculação do PAIGC de Cabo Verde, que preferiu se tornar um partido separado. A constituição foi suspensa

PAIGC. Esse processo democrático foi interrompido após quatro anos do mandato de João Bernardo Vieira, como presidente eleito através de um levantamento militar em 1998, que resultou na guerra civil, a qual derrubou o presidente João Bernardo Vieira do poder (TEIXEIRA, 2008).

M'bunde (2017) salienta-se que nas primeiras eleições gerais na Guiné-Bissau, os principais partidos políticos que concorreram com o PAIGC foram a Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá (RGB/Movimento Bafatá) e o Partido da Renovação Social (PRS), tendo em meio a “considerados ‘pequenos’, a União para Mudança (UM), a Aliança Democrática (AD), o Partido Social Democrático (PSD), a Frente Democrática Social (FDS) e a União Nacional para a Democracia e Progresso (UNDP). O Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) venceu as primeiras eleições legislativas, obtendo 62% dos assentos parlamentares, sendo que os adversários tiveram os restantes 38%. Já nas eleições presidenciais, depois de um segundo turno disputado, com o candidato do partido no poder, João Bernardo Vieira, que é o PAIGC, “derrotou Koumba Yalá<sup>8</sup> do PRS (era o mais forte da oposição) por uma pequena margem de votos, 52% a 48%.” (M'BUNDE, 2017, p. 8). Dos anos que se seguiram ao primeiro embate eleitoral na Guiné-Bissau, principalmente dos anos 2000 para frente, foram muitos partidos políticos que atingiram uma grande quantidade de eleitores.

A forma como o PAIGC faz política é a mesma forma que o PRS também faz política. Os dois partidos fazem políticas partidárias com base na expressão cultural, o PAIGC faz suas políticas argumentando que é um partido libertador e que é o único partido que pode tirar o país da situação que está. Enquanto que o partido PRS faz atribuição de altos cargos no governo pelo critério de afinidade étnica.

---

e um Conselho Militar da Revolução com nove membros, comandado por Vieira, foi formado. Em 1984 uma nova constituição foi aprovada, fazendo o país retornar a um regime civil. A Guiné-Bissau, como o resto da África subsaariana, foi em direção à democracia multipartidária no começo dos anos 90. A proibição de partidos políticos terminou em 1991 e houve eleições em 1994. No primeiro turno das eleições presidenciais, em 3 de julho, Vieira foi primeiro presidente eleito no país. Vieira foi assassinado a 2 de março de 2009 em exercício do cargo de mais alto cargo da magistratura guineense em sua residência em Bissau por um grupo de militares que até então não foram identificados.

<sup>8</sup>Kumba Yala era o líder fundador do Partido da Renovação Social (PRS), criado em 1992 quando deixou de pertencer à Frente Democrática Social (FDS), partido onde ocupava o cargo de vice-presidente. Koumba Yalá foi um político da Guiné-Bissau, presidente de seu país de 2000 a 2003. Tomou posse a 17 de fevereiro de 2000 e foi deposto por um golpe militar em 14 de setembro de 2003. O país foi surpreendido na sexta-feira, 4 de abril de 2014, com a morte súbita e prematura do ex-Presidente da República, um dos fundadores do Partido da Renovação Social (PRS). Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras na Universidade Clássica de Lisboa, cidade onde fez o Curso de Teologia na Universidade Católica.

Em pleno século XXI, ainda existe grande restrição de liberdade de expressão e de imprensa mesmo com o pluralismo político. Como salienta Teixeira (2010), a mais célebre ação política do governo do PRS consistiu na atribuição de altos cargos-chaves no governo, tendo como critério afinidades étnicas e regionais, o que denominamos aqui de *etnização do poder*. É plausível afirmar, portanto, que tanto o governo do PAIGC quanto o do PRS mantinham um aparato repressivo contra qualquer forma de contestação ou visão contrária aos seus interesses político-partidários de permanecer no poder, práticas inaceitáveis em uma democracia do tipo liberal.

O mesmo autor aponta que, na Guiné-Bissau, as regras da democracia dos partidos políticos no meio eleitoral foram rapidamente instituídas e incorporadas no Estado guineense. No momento em que o país marcou suas primeiras eleições livres e transparentes, a passagem para a democracia estava fadada ao fracasso. Isso porque os líderes políticos do país entraram com recurso para os votos de forma mais sensível aos eleitores: “votam em mim porque sou da região *Norte* e não votam nele porque é filho do *Sul*. O que veio em seguida foi o recrudescimento das clivagens étnicas e regionais”. Desta maneira, a democracia liberal não poderia sobreviver por conta dessas regras de jogos políticos e por parte dos grupos étnicos. Até hoje isso constitui uma base de instabilidade institucional e sem olhar para democracia.

“A burocracia do conjunto de variáveis mais relevantes presentes nos estudos sobre a transição, democratização e democracia pode ajudar a qualificar as orientações teóricas subjacentes nas pesquisas sobre a consolidação da democracia na Guiné-Bissau” (OSSAGÔ, 2010, p.19). Na base de entendimento, o sistema político democrático posto pelos partidos políticos na convicção de não democrático contra o povo guineense ou semidemocrático pode implicar constrangimento para o exercício da democracia.

Existe uma diferença entre termos partidários, que envolve um processo de mudança de função das organizações partidárias no regime democrático. Desde o surgimento da palavra democracia, os partidos são vistos de forma diferenciada ao longo do tempo. Esta funcionalidade sempre está atrelada a um contexto democrático.

Só uma vez que o PAIGC foi derrotado nos últimos quatro pleitos eleitorais, isto é, nas eleições de 1999.

[...] apesar dessa grande quantidade de partidos, configurou-se um sistema político que se pode considerar um bipartidarismo. Não obstante o PAIGC ter sido derrotado apenas em uma das últimas quatro eleições parlamentares (as de 1999) realizadas no período de 15 anos (1999-2014), esta formação política tem disputado de forma acirrada e ombro a ombro o poder com o PRS. Este último tem se sustentado como a principal força política de oposição na Guiné-Bissau, principalmente depois de ter sua

primeira experiência como partido governista durante três anos (2000 e 2002) (M'BUNDE, 2017, p. 8).

Os partidos PAIGC e PRS já disputaram várias eleições tanto legislativas assim com presidenciais. O sistema político adotado pela Guiné-Bissau é o semi-presidencialismo, de inspiração portuguesa é um dos “sistemas políticos vigentes na Guiné-Bissau, no qual o Presidente da República e o governo teoricamente repartem poderes executivos” (M'BUNDE, 2017, p. 9).

Desde 2002 a 2016, experimentou-se na Guiné-Bissau uma série de interrupções de legislaturas, em função de demitir chefe de governo, que é o primeiro ministro. Muitas vezes, as demissões de governos são feitas pelo Presidente da República do País, que conta especialmente com apoio político-partidário e parlamentar para fazê-lo. Não se trata de nenhum tipo de autocracia ou ditadura do Presidente da República da Guiné-Bissau, muito pelo contrário, são as condições político-partidárias que se criam conjuntamente que levam o chefe de Estado a adotar recorrentemente este comportamento político.

Ao longo deste período temporal, nenhuma legislatura na Guiné-Bissau chegou ao fim do seu mandato e do seu governo, que é eleito democraticamente pelo povo. Como salienta Mendes (2010), para que isso aconteça, é necessário que se processe uma mudança de mentalidades em todas as facetas, atendendo às realidades e às circunstâncias do país. Nesta linha de pensamento, a Guiné-Bissau precisa da estabilidade política, de um bom governo que inspire a confiança do povo. O governo deve criar condições para a existência e funcionamento de cooperativas, como forma de salvar o mercado de produtos agrícolas.

Desde a abertura democrática na Guiné-Bissau em 1992 a primeira eleição em 1994 até 2018, nenhum governo eleito conseguiu terminar o seu mandato. No mandato de Ex-presidente Kumba Yalá, ele trocou três primeiros ministros. O primeiro magistrado da nação guineense deve assumir a sua responsabilidade no que diz respeito à oportunidade que o presidente tem em ser eleito pelo povo e ter o poder em mãos para comandar a nação, não para sacrificar a vida da população em geral.

Os dois partidos são os principais protagonistas das instabilidades no país, quando um não faz parte do governo, acaba criando instabilidade para conseguir integrar, essa é uma realidade inegável.

Nem mesmo os dois principais partidos que fazem do sistema político guineense “praticamente bipartidário” escapam totalmente desta armadilha, tendo demonstrado em alguns anos em que não fizeram parte do governo, dificuldades para sua própria autogestão partidária. Por outro lado, o PAIGC e

o PRS são também susceptíveis a lidar com outro tipo de problema que os “partidos nanicos” tendem a atravessar menos ou não mesmo atravessar. Os dois tendem a enfrentar crises internas por conta de disputas por cargos no governo (M’BUNDE, 2017, p. 11).

Para M’bunde (2017), os partidos políticos com menor representação parlamentar também participam desse jogo político, trocando por cargos ministeriais o apoio de seus deputados. De fato, não existe o financiamento público prático dos partidos políticos na Guiné-Bissau, aderência destes partidos aos governos fica aproximadamente a determinados objetivos destes partidos junto do governo, a ser tratados no sistema partidário que existe no país desde abertura democrática, como uma condição vital e necessária de sobrevivência política e partidária. Com isso, perde-se toda a relação de orientação ideológica e programáticas partidárias que pudessem impedir os partidos políticos de fazerem certas alianças e tomarem parte nos governos articulados extra eleitoralmente.

Segundo Sucuma (2012), o sistema de partidos políticos mostra as disputas entre o Presidente da República (que é chefe de Estado) e o Primeiro-Ministro (que é chefe do governo), mobilizando alguns partidos políticos para ter os apoios de parcialidade à exoneração de governos. Bem como já referimos anteriormente, o sistema dos partidos políticos guineense é a reprodução do semi-presidencialismo português, entre o Primeiro-Ministro e Presidente da República, os dois tem que partilhar um modelo político para exercer o poder da esfera executiva.

Para Teixeira (2010), em 14 de setembro de 2003, golpe de Estado na Guiné-Bissau fez-se novamente presente, quando Yalá, que foi eleito democraticamente em 1999, foi retirado da Presidência da República pelo Verissimo Correia Seabra, que era Chefe do Estado Maior, sob a acusação de corrupção, do uso arbitrário do poder e da promoção de intrigas entre diferentes grupos étnicos no interior das Forças Armadas como forma de se manter no poder. Essa foi uma das justificativas do golpe.

Na concepção de Ossagô (2010), para afirmar que a política não possui nenhum objetivo normativo pelo povo, tal como o bem-estar da população e não ao desenvolvimento dos indivíduos de forma ideal e concreto, qualquer significado de política é assumido pela ação política de forma ideal, mas isso não acontece, resultando na disputa pelo poder.

No outro contexto, a influência militar na política da Guiné-Bissau dava-se praticamente em todos os órgãos do Estado. Os militares sempre assumiram posições estratégicas nos governos, desde a abertura democrática no país. Porém, nos últimos quatro anos não houve uma intervenção militar, como acontecia anteriormente nos problemas da Guiné-Bissau.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os resultados alcançados até aqui, finalmente, podemos tecer algumas considerações sobre o papel dos partidos políticos no processo democrático guineense entre 1994 e 2018.

De 1980 a 1999, o PAIGC passou a controlar toda a vida social, política, cultural e econômica de Guiné-Bissau. Naquela época, foi instituído o artigo 4º da Constituição da República de 1973, seguido em 1984 e 1986, que **definia o PAIGC como a única força política e dirigente máximo da sociedade civil, do Estado e de toda nação, considerado como o partido do Estado.** No início dos anos 90, os partidos políticos começaram a surgir devido à abertura democrática no país, tendo como princípios respeitar a independência e unidade nacional, a integridade territorial e a democracia pluralista, devendo, na sua organização e funcionamento obedecer, às regras democráticas. Durante a abertura democrática na Guiné-Bissau, O PAIGC deixou de ser o que era e transformou-se em um partido político.

Os partidos políticos guineenses possuem uma organização burocrática, que é empregada na busca do poder do Estado, uma ideologia de representação do povo, que serve de sustentáculo para a sua legitimação. Porém, por vezes isso não se verifica na Guiné-Bissau, haja vista que alguns grupos de pessoas pensam e agem apenas conforme os interesses de determinados grupos. Nas eleições para a escolha dos seus representantes, a população deveria se organizar para defender os interesses do bem comum. Mas na Guiné-Bissau isso não se verifica, pois nas eleições os políticos vão às ruas fazer mobilizações e a população finge esquecer as atitudes do passado.

Observamos uma permanência de certas práticas políticas, ligadas à corrupção, a ponto de devermos perguntar a quem serve a democracia. Trata-se de um outro modo de entender o processo de transição política e a consolidação da democracia. O sistema político democrático posto pelos partidos políticos contra o povo guineense pode implicar constrangimento para o exercício da democracia.

Em meados do século XXI, os nossos partidos políticos ainda não são capazes de proporcionar desenvolvimento local mais sólido a todos da sociedade. Por exemplo, o Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), RGB (Movimento Bafatá), Partido da Renovação Social (PRS), União para Mudança (UM), Aliança Democrática (AD), Partido Social Democrático (PSD), a Frente Democrática Social (FDS) e a União Nacional para a Democracia e Progresso (UNDP), etc., mas principalmente o governo do PAIGC e o PRS

mantinham um aparato repressivo contra qualquer forma de contestação ou visão contrária aos seus interesses político-partidários de permanecer no poder.

Na atualidade, o cenário político nacional da Guiné-Bissau está muito fraco, devido a vários conflitos internos, que envolveram o processo democrático, o Estado e os partidos políticos. Desde anos 1990, com a implementação do regime democrático na Guiné-Bissau e as primeiras eleições gerais que foram organizadas em 1994, até atualmente, nenhum governo eleito pelo povo conseguiu terminar o seu mandato.

## REFERÊNCIAS

AUGEL, Moema Parente. **1939- O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamnd, 2007.

CANDÉ Monteiro Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: Da Luta Armada à Construção Do Estado Nacional-Conexões Entre o Discurso De Unidade Nacional E diversidade Étnica (1959-1994)** 2013. Tese (Doutorado), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Que Democracia? O Processo de Transição Política Guineense e a Atuação das Forças Armadas na Condução da Política Nacional (1994 a 2009)**. Teresina: 2010.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Política Externa e Estado Fragil na Guiné-Bissau: Crises Multidimensionais e o Papel dos Organismos Internacionais “ CPLP & CEDEAO” (1973-2014)**. 2016. 252 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da Democracia: uma introdução critica**. Porto Alegre: Artimed, 2009.

LOPES, Carlos. **Desafios contemporâneos da África: O legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: ed.Unesp, 2012.

M´BUNDÉ, Timóteo Saba. **Comportamento Partidário e Cíclica Interrupção da Democracia na Guiné-Bissau. Almanaque de Ciência Política**, Vitória, v. 1, n. 2, p. 43-56, 2017.

MENDES, Livonildo Francisco; **Democracia na Guiné-Bissau: Por uma mudança de mentalidades**. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

SANDER, Gustavo Vicente. **Democracia e Partidos políticos: Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial.**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 21-33, jan./jun. 2008.

SANTOS, Jahyra Helena Pequeno dos. **Democracia e partidos políticos no brasil: onde estão as mulheres? Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 35 - 51, 2016.

TEIXEIRA, Ricardino Dumas. Pluralismo político e democracia eleitoral na Guiné-Bissau. **Revista Codesria**, 2008.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Sociedade Civil Redemocratização na Guiné-Bissau 1994-2006**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SUCUMA, Arnaldo. Breve Histórico Sobre a Construção do Estado da Guiné-Bissau. **Cadernos de História**, UFPE, v. 9, n. 2, 2012.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado**. Recife: Ed. do Autor, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

#### ATESTADO

Eu, Fernanda Pereira, atesto para os devidos fins, que realizei a correção textual e formatação do trabalho de Tugna Imbana Branco, intitulado "**O PAPEL DO PARTIDO POLÍTICO NO PROCESSO DA DEMOCRACIA GUINEENSE (1994-2018)**". Sou graduada e pós-

graduada em Letras/Inglês. Não obstante, saliento que há passagens obscuras e de difícil entendimento.

Porto Alegre, RS.  
09 de agosto de 2019.